



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0002312-46.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**  
 Documento de Origem: **IP - 004/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Thiago Romão**

Aos 11 de maio de 2015, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Gustavo Luis de Oliveira Zamprinho - Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu Thiago Romão, acompanhado de defensora, a **Drª Thamires Danieli Ferreira Teixeira - 344612/SP**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação, uma testemunha de defesa e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Pelo Dr. Promotor foi dito:** "MM. Juiz: A ação penal merece procedência. A materialidade delitiva ficou comprovada pelo auto exibição e apreensão de fls.7, laudo pericial de fls.25 e pelas provas orais colhidas nesta audiência. No tocante a autoria, da mesma maneira, há uma só versão nos autos, na medida em que o próprio réu confessou o crime e acabou por corroborar integralmente a denúncia. Fazendo isso, o acusado secundou o relato das testemunhas. Com relação a dosimetria da pena, não há passagens anteriores que justificassem aumento da pena-base, bem como todo o restante da pena deve levar tal constatação em consideração. **Pela defesa foi dito:** "MM. Juiz: reitero os termos da defesa apresentada. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença:** "VISTOS. THIAGO ROMÃO, qualificado a fls.34, foi denunciado como incurso no artigo 14 da Lei 10.826/03, porque em 05.01.13, por volta de 17H25, na rua Prudente de Moraes, Distrito de Santa Eudóxia, possuía e transportava, qual seja, 01(uma) carabina calibre 22 da marca *Urko*, sem numeração aparente, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Recebida a denúncia (fls.44), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.94). Nesta audiência foram ouvidas três testemunhas de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu condenação. A defesa pediu a absolvição. **É o relatório. DECIDO.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. O laudo pericial de fls.25 confirma que arma tinha potencial para disparo. Não é



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

necessário que estivesse carregada. Basta potencial para a realização dos disparos. Não vigora, atualmente, prazo para entrega de arma à polícia, que existia quando da entrada em vigor da lei 10.826/03. O réu, ademais, em juízo, não disse que pretendia entregá-la a qualquer autoridade. Se não tinha comprovadamente intenção de entrega, fazia o transporte ilícito mencionado na denúncia. O prazo do artigo 30 da lei 10.826/03 expirou-se em 31.12.2008. O fato aconteceu em 2013. Nesses termos, não há como excluir a tipicidade ou a culpabilidade da ação referida na denúncia. O acusado é primário e de bons antecedentes. Não há como afastar a ideia de que a posse ou transporte de arma não configura ao bem jurídico protegido, pouco importando se a arma estava ou não carregada. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Thiago Romão como incurso no artigo 14 da Lei nº 10.826/03, c.c. artigo 65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão, que não pode trazer a sanção abaixo do teto mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime aberto. Presentes os requisitos legais, substituo a pena privativa de liberdade por: **a) uma de prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo em favor de entidade com destinação social na Comarca de São Carlos e b) uma de multa, no valor de 10(dez) dias-multa**, no mínimo legal. Diante da pena concretamente aplicada, o réu poderá apelar em liberdade. Custas na forma da lei. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensora:

Réu: